

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

João, servidor público, aliciou um dos seus subordinados a se filiar ao sindicato da categoria a que ambos pertenciam. Em razão desse fato, instaurou-se processo administrativo contra João para apurar sua conduta funcional. Concluído o procedimento, o chefe da repartição, Antônio, aplicou a pena de advertência por escrito pelo ato praticado.

Considerando a situação hipotética precedente, o disposto na Lei n.º 8.112/1990, os requisitos do ato administrativo e os poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

**51** A penalidade aplicada a João é incabível, uma vez que não há previsão legal expressa para a punição funcional pelo ato praticado.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A pena é cabível porquanto o artigo 117, VII, da Lei n.º 8112/1990, prevê que ao servidor é proibido coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical ou a partido político. Já o artigo 129 dispõe que a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX.

**52** O ato que formalizou a sanção aplicada por Antônio cumpre o requisito competência do ato administrativo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O chefe da repartição é a autoridade legal competente para aplicar a pena de advertência. O artigo 141, da Lei n.º 8112/1990, estabelece que as penalidades disciplinares sejam aplicadas pelo chefe da repartição nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias. Ademais, um dos requisitos do ato administrativo é o elemento sujeito ou competência. Nesse sentido, define-se como sujeito “aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato”. Portanto, o chefe da repartição cumpre o requisito de competência do ato.

**53** A punição por ato infracional praticado por servidor público configura exercício do poder de polícia administrativo.**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A punição por ato infracional praticado por servidor público configura exercício do poder administrativo disciplinar. O poder disciplinar é o que cabe à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Nesse sentido, entende-se como poder disciplinar “a prerrogativa reconhecida à administração para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional”.

Com base nas disposições teóricas e legais relativas a licitações e responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsecutivos.

**54** Decretada a calamidade pública, consideram-se automaticamente dispensáveis as licitações originadas pelos entes abrangidos pelo decreto de calamidade.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Conforme dispõe a Lei n.º 8.666/1993, artigo 24, “É dispensável a licitação: IV nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.”

**55** O cadastramento prévio e a habilitação preliminar são fases exigidas para todas as modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, artigo 22, § 1.º a 5.º, essas fases não são exigidas para todas as modalidades de licitação.

**56** Se um agente público causar dano a um particular, a indenização devida poderá ser reduzida nos casos em que a conduta do lesado tiver contribuído para o resultado.**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Se, ao contrário, o lesado, juntamente com a conduta estatal, participou do resultado danoso, não seria justo que o Poder Público arcasse sozinho com a reparação dos prejuízos. Nesse caso, a indenização devida pelo Estado deverá sofrer redução proporcional à extensão da conduta do lesado que tiver contribuído para o resultado danoso.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

**57** Para que seja reconhecida como um direito ou uma garantia fundamental pelo ordenamento jurídico brasileiro, a norma internacional deverá ser aprovada, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 5.º, § 2.º, “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, e § 3.º, “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

**58** A eficácia dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre os cidadãos e o poder público.**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O tema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, também denominada eficácia privada ou externa dos direitos fundamentais, surge como contraponto à ideia de uma exclusiva eficácia vertical dos direitos fundamentais.

No que se refere à segurança pública, julgue os itens subsecutivos.

**59** A polícia civil estadual deve ser dirigida por delegado de polícia de carreira e tem como atribuições apurar infrações penais bem como prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Conforme o artigo 144, § 4.º, da Constituição Federal de 1988, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Por outro lado, o § 1.º, inciso II, prevê que a polícia federal destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho. Portanto, cabe à polícia civil a investigação e a apuração de infrações penais, exceto as militares e aquelas de competência da polícia federal.

**60** O exercício do direito de greve é vedado aos policiais civis que atuem diretamente na área de segurança pública.**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O exercício do direito de greve está proibido aos policiais que trabalham na segurança pública, já que “as atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública, segurança pública e a administração da justiça devem ser prestadas plenamente em sua totalidade, por isso os órgãos de segurança pública não podem fazer greve”.

No que diz respeito à aplicação do Direito Penal, julgue os próximos itens.

- 61** A competência para julgar crimes ocorridos dentro de embaixadas estrangeiras situadas em Brasília é, em princípio, da justiça brasileira.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Apesar da existência das regras de imunidade diplomática e consular, estas só têm validade com relação às pessoas, e não com os lugares. Dessa forma, a competência para julgar os fatos é brasileira. A título de esclarecimento, confira a decisão que trata da competência da Justiça Estadual na hipótese de um crime de invasão da embaixada americana: AgRg no [CC 133.092-RS](#), Rel. min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 23.4.2014.
- 62** Ocorre *abolitio criminis* quando o tipo penal é revogado por outra norma, e a norma revogadora desloca o caráter criminoso do fato para outro tipo penal recém-criado.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quando um tipo penal é revogado por outra norma que desloque o caráter criminoso do fato para outro tipo penal recém-criado, tem-se um caso do princípio da continuidade normativo-típica, conf. o HC 187.471/AC, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 20.10.2011, DJe 04.11.2011.
- 63** O dia da prisão do indiciado não é computado para o cálculo da pena, uma vez que as frações de dia devem ser desprezadas.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O Código Penal, em seu artigo 10, informa que o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Já o artigo 11 dispõe que “Desprezam-se nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro”. Entretanto, como forma de coadunar os dois artigos, as horas do primeiro dia são computadas como dia inteiro, agindo-se, assim, em favor do acusado. No julgamento do RHC 83.539, o STJ deu esse mesmo entendimento em outra situação, conf. em RHC 83.539/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11.12.2018, DJe 19.12.2018.
- 64** Quando a lei penal tiver validade para determinado período de tempo, o fato praticado durante esse período continuará a ser punível mesmo após o término de vigência da lei.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. Quando uma lei tiver validade por um determinado período, ela será, na verdade, uma lei temporária, aplicando-se o artigo 3.º, o qual dispõe que “A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”.

No que se refere aos crimes previstos na legislação penal, julgue os itens a seguir.

- 65** Responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte o agente que não quis o resultado morte nem assumiu o risco de produzi-lo.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. É o caso do crime preterdoloso lesão corporal seguida de morte, uma vez que houve dolo na conduta antecedente e culpa no resultado ocorrido.  
Código Penal - Lesão corporal  
“Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. Lesão corporal seguida de morte § 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo: Pena - reclusão, de quatro a doze anos.”
- 66** O crime de receptação é punível ainda que o autor do crime que originou a coisa seja isento de pena.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O crime de receptação é autônomo em relação ao crime anterior.  
Código Penal - Receptação  
“Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 4º - A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.”

- 67** Os crimes hediondos são inafiançáveis e imprescritíveis.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os crimes hediondos prescrevem.  
Constituição Federal de 1988  
“[...]XLIII a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; [...]”
- 68** Comete crime de prevaricação o agente que pratica ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. A conduta descrita é uma espécie de corrupção passiva. Na prevaricação, o agente age por sentimento ou interesse pessoal.  
Código Penal  
“Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. § 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.  
Prevaricação Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.”

Acerca da aplicação das normas processuais penais, julgue os itens subsequentes.

- 69** Uma norma processual penal só terá aplicabilidade aos crimes que forem praticados após sua entrada em vigor.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O Código de Processo Penal, em seu art. 2.º, prevê que “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”. Dessa forma, as normas processuais penais entram em vigor imediatamente e se aplicam aos fatos anteriores, não se utilizando a regra de retroatividade do direito penal.
- 70** O indiciamento constitui mero juízo de possibilidade de autoria, não havendo a necessidade da existência de eventuais elementos informativos acerca da materialidade do crime.  
JUSTIFICATIVA - ERRADO. O indiciamento tem definição legal no inciso 6.º, do artigo 2.º, da Lei n.º 12.830/2013, que diz que: “O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias”. Dessa forma, há necessidade de elementos mais objetivos sobre a autoria e a materialidade da conduta, conf. o HC 512.497.
- 71** Os elementos informativos do inquérito podem servir como fundamentação em decreto condenatório no processo penal, ainda que não confirmados pelo contraditório judicial.  
JUSTIFICATIVA - CERTO. O artigo 155 do CPP restringiu o uso dos elementos informativos como prova, sendo um verdadeiro paradigma sobre o valor probatório do inquérito. Conforme o referido artigo, “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Assim, os elementos informativos podem servir como fundamentação, desde que não seja de forma exclusiva, salvo nas hipóteses trazidas pelo próprio artigo, conf. AgRg no AREsp 594.334/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 06.08.2015, DJe 01.09.2015.

72 Em se tratando de crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial deverá ser iniciado por representação de membro do Ministério Público. JUSTIFICATIVA - ERRADO. O Ministério Público pode requisitar a instauração de inquéritos de ação penal pública (art. 5.º, II). Entretanto, com relação aos crimes em que a ação pública depender da representação, o § 4.º dispõe que: “O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser ela ser iniciado.” Dessa forma, quem precisa representar é a vítima do crime ou seu representante legal, e não o membro do Ministério Público.

No que se refere ao autor do fato criminoso e ao processo penal brasileiro, julgue os próximos itens.

73 No caso de infração afiançável, a competência para conceder liberdade provisória ao preso é exclusiva do juiz.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quando a pena não for superior a quatro anos, o delegado pode arbitrar. Nos demais casos, a fiança caberá ao juiz.

Código de Processo Penal

“Art. 322 A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.”

74 Mesmo que não ocorra perseguição, haverá flagrante delito quando o agente for encontrado logo depois da infração com o instrumento do crime em situação em que se presume ter sido ele o autor da infração.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Também é hipótese de flagrante delito.

Código de Processo Penal

“Art. 302 Considera-se em flagrante delito quem: I está cometendo a infração penal; II acaba de cometê-la; III é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.”

75 Na citação do acusado de crime de menor potencial ofensivo deverá constar a necessidade de comparecimento do acusado acompanhado de advogado; a ausência deste caracterizará confissão ficta.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Não há confissão ficta no processo penal brasileiro.

Lei n.º 9.099/1995

“Art. 68 Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.”

76 O acusado que tiver praticado crime doloso contra a vida deverá ser julgado pelo tribunal do júri em votação sigilosa. JUSTIFICATIVA - CERTO. As votações do júri são sigilosas.

Constituição Federal de 1988

“Art. 5.º XXXVII I- é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a

competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; [...]”

Clara, praticante de uma religião de matriz africana, um dia, ao chegar à escola pública em que estuda no Distrito Federal usando um colar de contas típico de sua prática religiosa, foi impedida, pela diretora, de entrar na instituição. A diretora alegou que, ali, não era permitido entrar usando aquele tipo de colar. Na ocasião, a diretora exigiu que a estudante retirasse o adereço para poder entrar no estabelecimento de ensino.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

77 Embora o livre exercício de cultos religiosos seja assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, como o Estado é laico, o ingresso de Clara com adereços religiosos em sua escola pode ser proibido.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A primeira parte da afirmação está correta: o livre exercício de cultos religiosos é assegurado pela Constituição Federal de 1988, mas a segunda parte está errada: o fato de o Estado ser laico não é justificativa para discriminações raciais ou religiosas. Até poderia ser discutível a proibição de todo e qualquer adereço religioso de toda e qualquer religião, mas a proibição seletiva é certamente discriminatória.

78 O direito à liberdade de consciência e de crença é considerado um direito fundamental de segunda geração. JUSTIFICATIVA - ERRADO. O direito à liberdade de consciência e de crença é um direito fundamental de primeira geração.

79 Caso Clara considere que tenha sofrido discriminação e busque uma reparação de danos, ela terá de voltar-se exclusivamente contra a diretora da escola, pois, apesar de a escola ser pública, o Distrito Federal só poderia ser responsabilizado se a atitude da diretora estivesse em consonância com uma diretriz da Secretaria de Educação. JUSTIFICATIVA - ERRADO. União, estados, DF e municípios são responsáveis por violações de direitos humanos perpetrados por agentes públicos no exercício da função.

No que se refere a direitos humanos na Constituição Federal de 1988 (CF) e tratados internacionais sobre direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

80 Após a Emenda Constitucional n.º 45/2004, os tratados internacionais sobre direitos humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico seguindo-se o rito constitucionalmente previsto passaram a ser hierarquicamente superiores às leis e inferiores à CF.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A EC n.º 45 de 2004 introduziu expressamente previsão constitucional — Art. 5.º, § 3.º da CF/88 —, no sentido de que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Assim, atendido o rito constitucional para a incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos, eles passam a ter hierarquia constitucional, não sendo inferiores à norma magna.

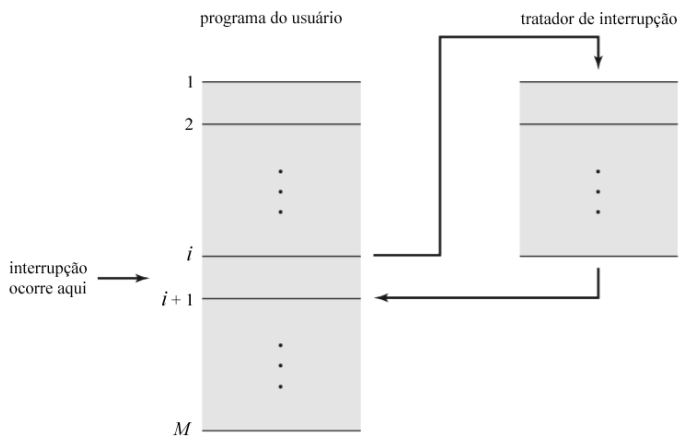
81 Uma pessoa presa e encaminhada a uma unidade policial terá o direito de comunicar sua prisão a um membro da sua família ou, desde que explique a sua escolha, a outra pessoa que não seja seu familiar.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. De acordo com o inciso LXII, do Art. 5.º, da CF/88, “a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à

família do preso ou à pessoa por ele indicada”. Portanto, inexistente a necessidade de justificativa para que a comunicação da prisão seja feita para qualquer outra pessoa que não seja um familiar.

Com relação à Política Nacional de Direitos Humanos, julgue o item seguinte.

- 82 Os Programas Nacionais de Direitos Humanos, que fazem parte da Política Nacional de Direitos Humanos, apresentam compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação à temática dos direitos humanos, mas não preveem tipificações penais ou sanções a serem impostas aos infratores de suas diretrizes. **JUSTIFICATIVA - CERTO.** Dentro da Política Nacional de Direitos Humanos, existem os Programas Nacionais de Direitos Humanos. Esses Programas — atualmente em vigor o PNDH-3 — apresentam eixos orientadores para o Poder Público e diretrizes de ações que decorrem, entre outros, de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito dos direitos humanos e, de fato, não apresentam tipificações penais ou sanções a serem aplicadas a quem as descumpra.



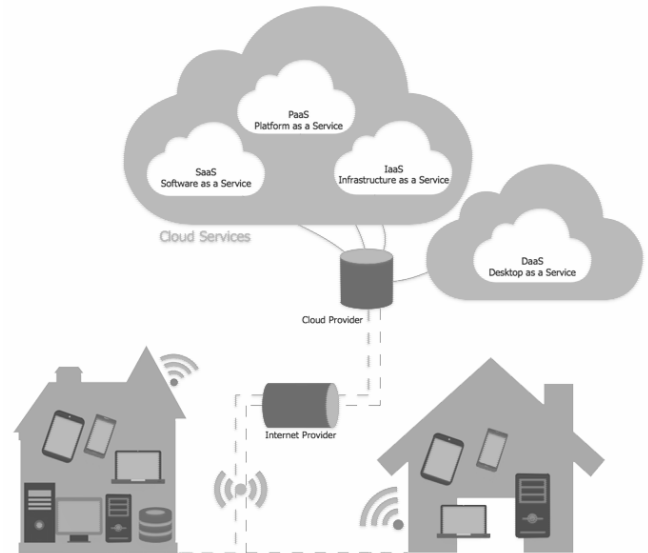
Tendo a figura precedente como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 83 Diferentemente do que ocorria nas primeiras arquiteturas computacionais, em que as interrupções eram utilizadas para melhorar a eficiência do processamento, os computadores e os sistemas operacionais contemporâneos não utilizam mais o tratador de interrupção, pois, além de os dispositivos de E/S serem mais rápidos e acompanharem os ciclos de instruções do processador sem desperdício de tempo, há também a execução em *multithread*.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Ainda que exista algum *overhead* envolvido nesse processo, instruções extras precisam ser executadas (no tratador de interrupção) para determinar a natureza da interrupção e decidir sobre a ação apropriada. Apesar disso, devido à quantidade de tempo relativamente grande que seria desperdiçada pela simples espera por uma operação de E/S, o processador pode ser empregado de modo muito mais eficiente com o uso de interrupções. Praticamente todos os computadores oferecem um mecanismo por meio do qual outros módulos (E/S, memória) podem interromper o processamento normal do processador. As interrupções são fornecidas, primeiramente, como um modo de melhorar a eficiência do processamento. Por exemplo, a maioria dos dispositivos externos é muito mais lenta do que o processador. Então, suponha que o processador esteja transferindo dados a uma impressora usando o esquema de ciclo de instrução e que, após cada operação de escrita, o processador deva parar e permanecer ocioso até que a impressora o alcance. A extensão dessa pausa pode estar na ordem de muitas centenas ou mesmo em milhares de ciclos de

instrução que não envolvam memória. Claramente, esse é um grande desperdício de uso do processador.

- 84 Caso o programa do usuário fosse compatível somente com o Linux, seria impossível executá-lo em um Sistema Operacional Windows 10 utilizando-se o Hyper-V da Microsoft, visto que este não suporta máquinas virtuais Linux. **ERRADO.** O Hyper-V dá suporte a dispositivos emulados e Hyper-V específicos para máquinas virtuais Linux e FreeBSD. Ao executar com dispositivos emulados, nenhum *software* adicional é necessário.



Uma agente, a partir do computador de sua casa, necessitava acessar, com segurança, os serviços de PaaS na nuvem, com criptografia, utilizando a Internet pública como meio de comunicação entre essas localidades. Para tanto, criou-se uma VPN (*virtual private network*) da Internet pública, a fim de estabelecer a conexão entre as localidades e, para prover o sigilo, criptografou-se o referido tráfego antes de ele entrar na Internet pública.

Considerando o diagrama e a situação hipotética apresentados, julgue os itens subsequentes.

- 85 A solução descreve corretamente o uso da VPN como meio de prover segurança no tráfego, mas torna-se inviável nessa situação, pois uma VPN não pode ser utilizada para acesso a serviço do tipo PaaS como o descrito.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Poderia ser utilizada, pois, em vez de implementar e manter uma rede privada, hoje muitas instituições criam VPNs em cima da internet pública. Com uma VPN, o tráfego interdepartamental é enviado por meio da internet pública, e não de uma rede fisicamente independente. Mas, para prover sigilo, esse tráfego é criptografado antes de entrar na internet pública. Isso serve para PaaS, SaaS ou IaaS. VPN é uma ferramenta extremamente poderosa para a segurança das informações pessoais, mas muitos usuários ainda desconhecem o recurso. O acrônimo, que representa uma “Rede Privada Virtual” (*Virtual Private Network*), permite o tráfego de dados de forma segura e também permite o acesso a uma rede interna de uma empresa, mesmo que o usuário esteja trabalhando em casa, por exemplo.

- 86 Caso o acesso fosse realizado por meio da VPN para o SaaS, por exemplo, para um *webmail*, os *emails* estariam imunes a vírus, pois, em um tunelamento criptográfico, o tráfego é, necessariamente e continuamente, analisado por antivírus. **JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Não ficam imunes ao vírus, pois, ainda que o tunelamento seja uma técnica utilizada pela maioria das VPNs (Redes Virtuais Privadas), esse é um processo que basicamente coloca cada pacote de informação enviado dentro de outro pacote, criando uma espécie de envoltório. Esse encapsulamento apenas é compreendido pelo emissor e pelo receptor, sendo completamente transparente, uma vez que o empacotamento e o desempacotamento são realizados na porta de saída, e não no computador. Dependendo do problema tratado, essa



técnica é utilizada com objetivos distintos. Nesse tipo de VPN, não há necessariamente o uso de antivírus. Logo não seriam imunes.

Julgue o próximo item, relativo a aplicativos e procedimentos associados à Internet.

- 87 Caso se deseje pesquisar, no Google, exatamente a frase “operação apate” (entre aspas), restringindo-se a pesquisa ao sítio da PCDF, em <<https://www.pcdf.df.gov.br>>, mas excluindo-se as páginas que contenham a palavra “drogas” (sem aspas), a pesquisa deverá ser feita conforme apresentado a seguir.

"operação apate" -drogas site:pcdf.df.gov.br

JUSTIFICATIVA - CERTO. "operação apate" -drogas site:pcdf.df.gov.br

Excluir palavras da sua pesquisa: coloque - antes de uma palavra que você deseja omitir. Por exemplo, jaguar speed -car

Pesquise uma correspondência exata: coloque uma palavra ou frase entre aspas. Por exemplo, "tallest building",.

Pesquise um sítio específico: coloque " site:" antes de um sítio ou domínio. Por exemplo, site:youtube.com ou site:.gov.

Com relação a sistemas operacionais e planilhas, julgue os itens a seguir.

- 88 No sistema operacional Android, os aplicativos não podem interagir entre si e têm acesso limitado ao sistema operacional, ou seja, o aplicativo X que tentar fazer algo malicioso, como ler os dados do aplicativo Y, será impedido de fazê-lo. Com exceção de uma pequena quantidade de código do sistema operacional Android, todo o código acima do *kernel* do Linux é restrito a *application sandbox*.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Com exceção de uma pequena quantidade de código do sistema operacional Android em execução como raiz, todo o código acima do *kernel* do Linux é restrito pelo *Application Sandbox*.

<https://source.android.com/security>

O Android usa o UID para configurar uma caixa de proteção de aplicativos no nível do *kernel*. O *kernel* reforça a segurança entre aplicativos e o sistema no nível do processo por meio de recursos padrão do Linux, como IDs de usuário e grupo atribuídos a aplicativos. Por padrão, os aplicativos não podem interagir entre si e têm acesso limitado ao sistema operacional. Se o aplicativo A tentar fazer algo malicioso, como ler os dados do aplicativo B ou discar o telefone sem permissão, será impedido de fazê-lo, porque não possui os privilégios de usuário-padrão apropriados. O *sandbox* é simples, auditável e baseado na separação de processos e permissões de arquivo ao estilo UNIX de décadas.

- 89 A planilha a seguir apresenta o total de crimes cometidos nas regiões X e Y.

	A	B	C	D
1	região/crime	furto	roubo	média
2	X	90	80	
3	Y	70	60	
4	média			

Caso deseje, com base nesses dados, obter a média de todos os crimes, independentemente da região onde eles foram cometidos, e inseri-la na célula D4, o usuário deverá utilizar a seguinte fórmula.

=MÉDIA(B2:C3)JUSTIFICATIVA - CERTO. =MÉDIA(B2:C3)

Região/Crime	Furto	Roubo	média
X	90	80	Y
70	60	média	75

Com relação a mineração de dados, aprendizado de máquina e aplicações Python, julgue os itens a seguir.

- 90 A detecção de novos tipos de fraudes é uma das aplicações comuns da técnica de modelagem descritiva da mineração de dados, a qual viabiliza o mapeamento rápido e preciso de novos tipos de golpes por meio de modelos de classificação de padrões predefinidos de fraudes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A detecção de fraudes é uma das aplicações da técnica “detecção de anomalias” da mineração de dados.

Detecção de anomalia

“A detecção de anomalias pode ser vista como o outro lado do *cluster* — ou seja, encontrar instâncias de dados que são incomuns e não se enquadram em nenhum padrão estabelecido. A detecção de fraude é um exemplo de detecção de anomalias. Embora a detecção de fraude possa ser vista como um problema para a modelagem preditiva, a relativa raridade de transações fraudulentas e a velocidade com que os criminosos desenvolvem novos tipos de fraude significam que qualquer modelo preditivo provavelmente terá baixa precisão e se tornará rapidamente desatualizado. Assim, a detecção de anomalias se concentra em modelar o que é um comportamento normal para identificar transações incomuns.”

Modelagem descritiva

“A modelagem descritiva, ou *clustering*, também divide os dados em grupos. Com o agrupamento, no entanto, os grupos apropriados não são conhecidos com antecedência; os padrões descobertos pela análise dos dados são usados para determinar os grupos.”

- 91 Uma das aplicações de Python é o aprendizado de máquina, que pode ser exemplificado por um programa de computador que aprende com a experiência de detectar imagens de armas e de explosivos em vídeos, tendo seu desempenho medido e melhorado por meio dos erros e de acertos decorrentes da experiência de detecção.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O exemplo apresentado enquadra-se na definição atual de aprendizado de máquina.

“O que é aprendizado de máquina? Duas definições de aprendizado de máquina são oferecidas. Arthur Samuel o descreveu como: “o campo de estudo que dá aos computadores a capacidade de aprender sem serem explicitamente programados”. Essa é uma definição mais antiga e informal.

Na definição mais moderna, “um programa de computador aprende com a experiência E com relação a alguma classe de tarefas T e medida de desempenho P, se seu desempenho nas tarefas em T, conforme medido por P, melhora com a experiência E.

Por exemplo, jogar damas.

E = a experiência de jogar muitos jogos de damas

T = a tarefa de jogar damas.

P = a probabilidade de o programa vencer o próximo jogo.”

Considerando que a documentação de referência é imprescindível para garantir a usabilidade de uma API, julgue o próximo item.

- 92 A documentação de uma biblioteca de funções de uma API construída em linguagem procedural deve incluir uma descrição das estruturas de dados das quais depende; uma descrição das propriedades de cada uma das funções; e eventuais restrições de acessibilidade e visibilidade.

JUSTIFICATIVA - CERTO.

“6.1 Documentação de referência da API

A documentação de referência para uma API é parte intrínseca de qualquer API, e sem ela a API é inutilizável. Cada aspecto da API, não importa o quão trivial, deve ser declarado explicitamente.

Quando uma API documenta uma biblioteca de funções em uma linguagem procedural, ela deve incluir:

- uma descrição de todas as estruturas de dados de que depende
- uma descrição de todas as assinaturas de funções, incluindo:
  - nomes de funções
  - nomes de parâmetros de função (quando aplicável) e tipos
  - tipo de retorno para as funções
  - para cada parâmetro, se o parâmetro for possivelmente modificável dentro da função

- uma descrição do tratamento de qualquer condição de erro
- pré e pós-condições ou invariantes
- de forma mais geral, como o estado muda após a execução da função
- possíveis efeitos colaterais
- qualquer restrição de acessibilidade ou visibilidade.”

A respeito de metadados de arquivos, julgue o item subsecutivo.

- 93** Embora metadados de arquivos de imagens produzidas por câmeras digitais possam ser lidos e extraídos por ferramentas especializadas, eles não podem ser editados. **JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Metadados podem ser lidos, editados ou removidos com a utilização de ferramentas especializadas adequadas.

Sobre a teoria da informação, julgue os itens que se seguem.

- 94** A eficiência na representação de dados relaciona-se à codificação de fonte, cujo objetivo é remover redundâncias no conteúdo da informação e, com isso, reduzir o tamanho da mensagem.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.**

“Eficiência de representação: codificação de fonte

Em artigos, discute-se a codificação de fonte, que trata da representação eficiente de dados. Hoje, o termo é sinônimo de compactação de dados. O objetivo básico da codificação de fonte é remover a redundância nas informações para tornar a mensagem menor. Em sua exposição, ele discute um método sem perdas de compactar dados na fonte, usando um código de bloco de taxa variável, mais tarde chamado de código de Shannon-Fano.”

- 95** Embora não haja conceitos únicos para dados e informação, é possível afirmar que os dados são matéria-prima para a informação.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Há muitos conceitos diferentes para dados, informação e conhecimento. Entretanto, é comumente aceita a ideia de que os dados são matéria prima para conhecimento e informação.

“Fatos desorganizados e não processados, números brutos, figuras, imagens, palavras, sons, derivados de observações ou medições.

Normalmente, os dados são de natureza estática, um conjunto de fatos discretos e objetivos sobre eventos.

Observa que dados não são conhecimento. Os dados são a matéria-prima para a criação do conhecimento. Não há significado inerente aos dados. Dados são matéria-prima para informação.

Ao agregar valor, os dados são transformados em informação, que tem significado, relevância e propósito.

Acerca de bancos de dados relacionais, julgue o item subsequente.

- 96** De acordo com a primeira forma normal do modelo relacional, atributos compostos por vários valores são representados diretamente em uma *tupla* e em suas relações nas tabelas do banco de dados. **JUSTIFICATIVA - ERRADO.**

“Valores e NULLs nas tuplas.

Cada valor em uma tupla é um valor atômico; ou seja, não é divisível em componentes dentro da estrutura do modelo relacional básico. Consequentemente, os atributos compostos e com vários valores ... não são permitidos. Esse modelo às vezes é chamado de modelo relacional plano. Grande parte da teoria por trás do modelo relacional foi desenvolvida com essa suposição em mente, que é

chamada de primeira forma normal. Portanto, os atributos de vários valores devem ser representados por relações separadas, e os atributos compostos são representados apenas por seus atributos de componentes simples no modelo relacional básico.”

Considere que uma amostra aleatória simples de tamanho  $n = 10$ , representada como  $X_1, \dots, X_{10}$ , seja retirada de uma população uniformemente distribuída no intervalo  $[a, b]$ , em que  $a$  e  $b$  são parâmetros desconhecidos, tais que  $0 < a < b$ . Com respeito a essa população, a média amostral  $\bar{X} = (X_1 + \dots + X_{10})/10$  e a variância amostral  $S^2 = \sum_{j=1}^{10} (X_j - \bar{X})^2/9$ , julgue os itens que se seguem.

- 97** O valor esperado da média amostral  $\bar{X}$  é igual a  $b/2$ .

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O valor esperado de  $\bar{X}$  corresponde à média populacional, ou seja,  $(a + b)/2$ .

- 98**  $\bar{X}$  e  $S^2$  são estatísticas não correlacionadas.

**ITEM ANULADO.**

- 99** A variância populacional é  $(b - a)^2/12$ .

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O segundo momento central de uma distribuição uniforme no intervalo  $[a, b]$  é  $\frac{b^3 - a^3}{3(b-a)} - \frac{(a+b)^2}{4} = \frac{(b-a)^2}{12}$ . Consequentemente, a variância populacional é  $(b - a)^2/12$ .

- 100** Se  $\mu$  denota a média populacional, então  $\frac{\bar{X} - \mu}{S/\sqrt{10}}$  segue uma distribuição *t de Student*.

**ITEM ANULADO.**

- 101** A variância de  $\bar{X}$  é igual a  $S^2$ .

**ITEM ANULADO.**

- 102** Se  $\mu$  denota a média populacional, então  $P(\bar{X} = \mu) = 0$ .

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Como a distribuição uniforme é contínua,  $\bar{X}$  também é variável aleatória contínua. Consequentemente,  $P(\bar{X} = x) = 0$ , para qualquer valor real  $x$ .

Em uma pesquisa de campo, realizada por meio de amostragem aleatória simples, mediram-se as alturas de moradores masculinos adultos de determinado município. Os pesquisadores resolveram aproximar a distribuição de alturas por uma normal. Eles estimaram os parâmetros da normal por meio do método de máxima verossimilhança.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 103** Para estimar pontualmente os parâmetros da distribuição normal, recomenda-se a utilização de outras propriedades da amostra, além da média e da variância das alturas.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A média e a variância são estatísticas suficientes para a estimação dos parâmetros da Normal por Máxima Verossimilhança.

- 104** A amostragem estratificada por faixas de renda familiar quando criança possibilitaria uma estimação intervalar mais precisa dos parâmetros da distribuição normal.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A amostragem estratificada permite uma estimação mais precisa do que a amostragem aleatória simples.

Um remédio para baixar a pressão arterial foi testado em pessoas com hipertensão. O referido medicamento foi comparado a outro medicamento que já estava em uso no mercado, por meio de amostragens aleatórias simples. Um teste  $t$  foi implementado para verificar se a pressão arterial dos testados baixava mais, em média, com o uso do novo remédio. Os pesquisadores escolheram um nível de significância de 0,01. Se o remédio baixasse a pressão arterial em mais que certa quantidade,  $p$ , o fabricante mudaria sua linha de produção para produzir o novo remédio. A potência do teste para detectar uma redução dessa quantidade,  $p$ , foi 0,9.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

**105** Se o verdadeiro valor da redução média de pressão do novo remédio fosse igual a  $p$ , então existiria uma chance de 90% de o teste ter detectado essa diferença.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A potência de um teste é a probabilidade de detectar uma dada diferença média, dado que essa diferença existe.

**106** Se o nível de significância fosse aumentado para 0,05, a potência do teste diminuiria.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Ao aumentar o nível de significância, o teste rejeita mais e, conseqüentemente, aumenta a potência.

**107** Se fosse aumentado o tamanho da amostra, seria possível diminuir o nível de significância e aumentar a potência do teste.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O aumento do tamanho da amostra torna a distribuição amostral mais estreita, o que permite reduzir o nível de significância e aumentar a potência do teste.

Determinado pesquisador reuniu dados de vários municípios brasileiros e estimou um modelo de regressão linear múltipla por mínimos quadrados ordinários. A variável dependente foi a taxa de homicídios, e as variáveis independentes incluíam variáveis, como, por exemplo, PIB *per capita*, média de anos de estudo, índice de Gini e outras variáveis socioeconômicas. Após a estimação, o pesquisador calculou a correlação entre os resíduos e as variáveis independentes e notou que essas correlações foram iguais a zero.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o próximo item.

**108** A ausência de correlação entre as variáveis independentes e os resíduos da regressão mostra que as variáveis independentes são exógenas. **JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A mecânica de cálculo dos coeficientes de Mínimos Quadrados Ordinários faz que os resíduos não sejam correlacionados com as variáveis independentes. Então, esse fato de não correlação não traz informação sobre o fato de as variáveis independentes serem ou não exógenas.

No que se refere aos conceitos fundamentais da ciência contábil e às modificações patrimoniais, julgue os itens seguintes.

**109** A contabilidade foca nos grupos de contas destinadas ao registro dos eventos que afetam o patrimônio da entidade contábil.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio da entidade contábil, e não as contas que representam esse patrimônio.

**110** Se, antes da apuração do resultado do exercício corrente, uma entidade tivesse ativo total de R\$ 150 mil, obrigações com terceiros de R\$ 125 mil e patrimônio líquido de R\$ 30 mil, então o resultado do exercício dessa entidade seria um prejuízo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Pela equação fundamental do patrimônio,  $AC = PC + PL$ . Como  $150 < (125 + 30)$ , então o resultado do exercício é um prejuízo de R\$ 5 mil.

**111** O pagamento de um título com juros é um fato modificativo, pois reduz o montante do patrimônio, o que gera uma despesa; no entanto, alguns fatos aumentam ou diminuem o patrimônio sem que, simultaneamente, seja gerada qualquer receita ou despesa.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** É o caso dos aportes de capital e das retiradas de capital, que aumentam ou diminuem o patrimônio da entidade, mas não geram receita ou despesa.

caixa	R\$ 500
bancos conta movimento	R\$ 2.500
impostos a recolher	R\$ 400
empréstimos a pagar	R\$ 2.000
juros passivos a transcorrer	R\$ 200
depreciação acumulada	R\$ 500
capital social	R\$ 2.000
duplicatas descontadas	R\$ 750
instalações	R\$ 500
veículos	R\$ 2.000
reserva para contingências	R\$ 350
ações em tesouraria	R\$ 280

Considere que tenham sido selecionadas algumas contas integrantes do plano de contas de determinada companhia, conforme especificado na tabela precedente. Com relação a esse rol de contas, julgue os itens subsequentes.

**112** O número de contas credoras é igual ao número de contas devedoras.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A lista é composta por seis contas devedoras e seis credoras. São devedoras caixa, bancos conta movimento, juros passivos a transcorrer, instalações, veículos e ações em tesouraria. As demais são credoras.

**113** Para que um plano de contas seja considerado completo, além do rol de contas, ele deve conter a função, o funcionamento, o método de encerramento e o método de demonstração dessas contas, acompanhadas dos seus respectivos saldos.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Os saldos das contas não integram o plano de contas, mas, sim, razãoete, balancete e demonstrativos contábeis.

**114** O registro contábil da baixa de uma duplicata descontada não quitada, com os juros correspondentes, pode ser realizado por meio de uma partida de segunda fórmula.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A baixa de uma duplicata descontada não quitada é feita a crédito da conta Bancos Conta Movimento, com débito nas contas Duplicatas Descontadas e Despesa com Encargos Financeiros. Dois débitos e um crédito caracteriza uma partida de terceira fórmula.

Acerca dos reflexos de determinados eventos contábeis sobre o patrimônio/resultados das empresas, julgue os itens a seguir.

**115** O registro do imposto de renda retido na fonte, advindo da folha de pagamento, proporcionará um aumento no passivo circulante da empresa no momento do reconhecimento da despesa com salários.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A contabilização da folha de pagamento reflete o valor que será pago ao funcionário/empregado e os respectivos tributos a serem recolhidos aos cofres públicos no momento de seu reconhecimento. Assim, o registro do imposto de renda retido na fonte proporcionará uma redução no valor bruto dos salários e um aumento nas obrigações da empresa — passivo.

**116** A contabilização da variação monetária ativa, advinda de operações de crédito em moeda estrangeira, fará que o resultado do exercício seja reduzido no mês em que a variação ocorrer.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A variação monetária ativa advém de uma operação com moeda estrangeira que proporcionou um aumento no resultado do exercício, e não uma redução. A variação passiva é responsável pela redução do resultado do exercício.

---

No que se refere ao registro contábil e aos seus reflexos nos componentes da demonstração do resultado e do balanço patrimonial das empresas, julgue os itens subsequentes.

**117** A provisão para crédito de liquidação duvidosa de curto prazo é responsável pela evidenciação da expectativa da empresa em receber de seus clientes. A reversão do valor registrado na conta de provisão proporcionará um aumento no resultado do exercício e um aumento no saldo do ativo circulante.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A baixa implica débito da provisão, que elimina uma conta retificadora de ativo circulante, e crédito no resultado do exercício, que aumenta o lucro. Assim, a provisão para crédito de liquidação duvidosa de curto prazo é responsável pela evidenciação da expectativa da empresa em receber de seus clientes. A baixa da provisão proporcionará um aumento no resultado do exercício e um aumento no saldo do ativo circulante.

**118** A baixa de um bem que tenha sido totalmente depreciado e para o qual não tenha havido provisão de valor residual não afetará o resultado do exercício, tampouco o saldo do grupo de contas do ativo do qual aquele bem faça parte.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A baixa do bem totalmente depreciado implica, necessariamente, eliminação de sua evidenciação. Tal situação não afetará o resultado, tampouco o balanço patrimonial. Nesses casos, ocorre um débito na depreciação acumulada e um crédito no respectivo bem.

---

No que diz respeito às operações típicas de uma empresa e ao seu registro/evidenciação, julgue os itens subsecutivos.

**119** O pagamento antecipado dos encargos financeiros advindos de um empréstimo plurianual captado no ano fiscal anterior reduzirá o lucro do exercício no ano fiscal anterior, sem impacto sobre os períodos fiscais subsequentes.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A contabilização de captação de empréstimos com o pagamento antecipado de encargos gera o registro dos encargos/juros a pagar, que, por sua vez, impactará tanto o balanço patrimonial quanto o resultado do exercício nos períodos fiscais subsequentes.

**120** O desconto financeiro concedido pela antecipação do recebimento de aluguéis, já registrados na contabilidade da empresa em mês anterior, proporcionará uma redução no valor recebido pela empresa, sem impacto sobre o resultado do exercício apurado no mês da concessão do desconto.**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A contabilização de desconto financeiro reduzirá o valor recebido pela empresa e também seu resultado do exercício. O correto registro implica um débito na conta de desconto financeiro concedido — resultado do exercício — e um crédito em contas a pagar — ativo.

**Espaço livre**